

## POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS CURRICULARES NA EJA: ITINERÁRIO HISTÓRICO À CONTEMPORANEIDADE

**Lucicleide Guedes dos SANTOS**

Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo, AL.

lucicleide134@gmail.com.

**Mayara Teles Viveiros de LIRA**

Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo, AL.

mayaratelesvl@gmail.com

### INTRODUÇÃO

Este texto resulta de estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/Ufal), na disciplina Educação Brasileira, em articulação com a linha Educação, Culturas e Currículos e com apoio da Fapeal. O objetivo é refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como campo de pesquisa e de luta pelo direito à educação, dando visibilidade aos avanços e retrocessos das políticas educacionais e às suas repercussões curriculares. Ao situar a EJA como expressão da educação básica, o estudo dialoga com a democratização da educação, a qualidade socialmente referenciada, a equidade, a inclusão e a gestão democrática.

Historicamente, a modalidade foi marcada por campanhas e programas descontínuos, vinculados às mudanças de governo, o que favoreceu ações aligeiradas, currículos prescritivos e frágil reconhecimento dos jovens, adultos e idosos como sujeitos de direitos e saberes. Discutir a EJA implica, portanto, problematizar a governança das políticas educacionais, a participação social e os compromissos do Estado com o direito à educação, especialmente diante dos debates sobre o novo PNE 2024-2034 e o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação.

### METODOLOGIA

Metodologicamente, o trabalho ancora-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, por favorecer a análise de processos históricos, políticos e educacionais em sua complexidade (LÜDKE; ANDRÉ, 2009). Adotou-se a revisão de literatura como procedimento investigativo, por permitir avaliar a produção existente e situar a contribuição do estudo para o aprofundamento do objeto em análise (SEVERINO, 2013).

Complementarmente, recorreu-se à pesquisa documental para análise de documentos oficiais que orientaram ou orientam as práticas educacionais e curriculares da EJA. O percurso investigativo mobilizou Freire (1987), Moura (2012), Cavalcante



(2017), Silva (2018), Pontual (2005) e Paludo (2005). O recorte temporal abrange 1950 a 2023, permitindo observar permanências, rupturas e disputas nas políticas nacionais e em seus desdobramentos locais, com atenção ao município de Maceió, em Alagoas.

## RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A análise das políticas educacionais voltadas à EJA evidencia que as práticas pedagógicas e curriculares da modalidade estiveram articuladas aos projetos societários em disputa. Na década de 1950, no contexto da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), predominavam práticas ligadas à pedagogia tradicional e ao método fonético, distantes das condições concretas de vida dos educandos (MOURA, 2007). O 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, marcou uma inflexão ao abrir espaço para críticas ao caráter prescritivo da educação de adultos. Nesse contexto, Paulo Freire apresentou proposições assentadas na colaboração, na participação e na responsabilidade social e política, vinculadas ao horizonte da educação popular.

A educação popular consolidou-se como referencial teórico-político para o fortalecimento de sujeitos coletivos e para a democratização das estruturas sociais e dos espaços públicos (PONTUAL, 2005). Como prática, associa-se a uma educação comprometida com a cidadania ativa; como teoria, alimenta-se da reflexão sobre o ato educativo para redirecioná-lo criticamente (PALUDO, 2005). Experiências como “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e os Centros Populares de Cultura buscavam transformar a realidade sociopolítica por meio de uma alfabetização conscientizadora. O golpe civil-militar de 1964, contudo, interrompeu esse movimento e reinstalou uma racionalidade tecnicista, despolitizadora e funcional à formação mínima da força de trabalho.

Em 1967, foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), marcado por ampla capilaridade e forte investimento estatal, mas também por uma alfabetização funcional e aligeirada (SILVA, 2018). O Programa de Alfabetização Funcional (PAF) expressou esse imediatismo ao priorizar aprendizagens instrumentais voltadas ao trabalho, sem favorecer a criticidade necessária à transformação social. O encerramento do Mobral, nos anos 1980, ocorreu sob denúncias de ineficiência e diante da constatação de que muitos sujeitos não se apropriavam efetivamente do processo de alfabetização.



Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, a EJA foi reinscrita no campo dos direitos sociais. Nos anos 1990, iniciativas como o Mova articularam poder público e sociedade civil sob inspiração freiriana, fortalecendo perspectivas participativas e emancipadoras. Em contrapartida, programas como o Alfabetização Solidária retomaram traços assistencialistas e aligeirados, impondo currículos hegemônicos que desconsideravam os conhecimentos prévios dos educandos (GALVÃO; SOARES, 2010). Essas disputas revelam que a EJA é também terreno de embate entre concepções de gestão, currículo e participação social.

Na contemporaneidade, a modalidade enfrenta novos retrocessos. Entre 2016 e 2022, reformas educacionais e normativas, entre elas a implementação da Base Nacional Comum Curricular e da Resolução CNE/CEB nº 1/2021, tensionaram o reconhecimento das especificidades da EJA. Ao induzir alinhamentos curriculares padronizados, tais medidas fragilizaram propostas comprometidas com as identidades, os tempos de vida e os saberes dos educandos (BRASIL, 2018; BRASIL, 2021). Em Maceió, observaram-se o abandono de propostas emancipatórias baseadas em redes temáticas e a adoção de prescrições técnico-normativas vinculadas à BNCC, produzindo hierarquizações entre saberes acadêmicos e populares e silenciando diversidades presentes nas turmas (ARAÚJO; SANTOS; CAVALCANTE, 2023).

À luz da ementa do eixo, os achados permitem afirmar que a EJA ocupa posição estratégica no debate sobre a centralidade da educação básica na democratização da educação e no fortalecimento do Sistema Nacional de Educação. A garantia do direito à escolarização de jovens, adultos e idosos exige políticas de Estado, governança pública articulada, valorização dos profissionais da educação e mecanismos efetivos de gestão democrática, com participação de educadores, educandos, famílias, conselhos e fóruns. Sem essas mediações, a modalidade permanece vulnerável à descontinuidade e ao esvaziamento de seu potencial emancipador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da EJA no Brasil evidencia rupturas, descontinuidades e disputas entre projetos educacionais antagônicos. Os resultados reafirmam a necessidade de políticas públicas estáveis e de Estado, capazes de assegurar acesso, permanência, qualidade socialmente referenciada, equidade e reconhecimento das especificidades dos sujeitos da EJA. Em vez de submeter a modalidade à padronização curricular, faz-se



necessário fortalecer formas democráticas de gestão dos sistemas de ensino, com participação social e compromisso público com o direito à educação.

No cenário contemporâneo, os debates em torno do novo PNE 2024-2034 recolocam a urgência de consolidar estruturas de governança escolar e territorial que assegurem voz aos diferentes sujeitos envolvidos na política educacional. No caso da EJA, isso significa defender currículos que dialoguem com as realidades socioculturais dos educandos, valorizem seus saberes e promovam processos formativos humanizadores. Conclui-se, portanto, que a EJA deve ser compreendida para além da instrução técnica: trata-se de um campo decisivo para a democratização da educação básica, para a efetivação do direito à educação ao longo da vida e para a construção de uma escola pública inclusiva e emancipadora, em consonância com o legado crítico de Freire (FREIRE, 1987).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. P. M.; SANTOS, L. G.; CAVALCANTE, V. C. Currículos na Educação de Jovens e Adultos: reflexão sobre identidades e realidade dos educandos. Arapiraca: Eduneal, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021. Brasília: MEC, 2021.
- CAVALCANTE, V. C. (Des) invisibilizando os currículos na EJA de escolas públicas de Maceió. 2017. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALVÃO, A. M. O.; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (org.). Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2009.
- MOURA, T. M. M. Alfabetização e letramento na formação de alfabetizadores de jovens e adultos. In: MOURA, T. M. M. (org.). A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MOURA, T. M. M. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.



PALUDO, C. Educação Popular: dialogando com redes latino-americanas. In: EDUCAÇÃO popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Brasília: Unesco/MEC/CEAAL, 2005.

PONTUAL, P. Educação Popular e democratização das estruturas políticas e espaços públicos. In: EDUCAÇÃO popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Brasília: Unesco/MEC/CEAAL, 2005.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, J. C. A memória dos esquecidos: narrativas dos sujeitos partícipes das ações do Mobral Cultural no Sertão de Alagoas. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

